

# CONCURSO PÚBLICO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO



**DATA: 03/05/2009 - DOMINGO - TARDE**

**CARGO: S03 - Assistente Social**

**CONVÊNIO: PAIF**

### A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 40 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 3 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.funCab.org](http://www.funCab.org), no dia 05/05/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



**BOA PROVA**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### Profissão: prisioneiro

Houve um tempo em que se dizia: brasileiro, profissão esperança. Hoje, mais correto seria dizer: brasileiro, profissão prisioneiro.

Prisioneiro no trânsito, em carros que são celas ambulantes em marcha lenta, desperdiçando precioso tempo de vida de seus passageiros. Alguns em carros blindados, os vidros escuros fechados, impedidos de ver a cidade em sua realidade, obrigados a correr o risco de cruzar esquinas com sinais vermelhos, para evitar assalto, morte, sequestro.

Prisioneiro do analfabetismo, que faz estrangeiros, brasileiros em suas próprias cidades, impedidos de decodificar os sinais que dão liberdade de locomoção, escolha, entendimento. São livres em um mundo estranho, prisioneiros do desconhecimento, exilados no tempo pisando o século XXI e vivendo no século XIX. Ao seu lado, prisioneiros também milhões de brasileiros, principalmente jovens, que aprenderam a ler mas não conseguem um emprego, por falta de educação de qualidade. São muitos os prisioneiros dessa educação insuficiente; também são prisioneiros: os educados obrigados a interagir com brasileiros prisioneiros da deseducação; o engenheiro sem operários que entendam suas ordens nem saibam operar as máquinas que devem utilizar; o gestor sem auxiliares que executem bem suas ordens por falta de capacitação profissional.

Prisioneiros das filas: nas paradas de ônibus, nos postos em busca de uma vaga de emprego, nos corredores à espera de atendimento médico, condenados à morte, sentenciados pela falta de médico, de leito, de equipamento, de medicamento. Prisioneiros da insensibilidade e da incompetência dos dirigentes nacionais, que não canalizam os recursos necessários, ou os desperdiçam no meio desse apagão gerencial que caracteriza a administração pública brasileira. Prisioneiros de políticos que mais parecem hipnotizadores: capazes de roubar quando parecem dar; de mentir aparentando sinceridade.

Prisioneiros infantis, com infâncias roubadas nas ruas, no lugar da escola; no crime, no lugar de família; na prostituição no lugar dos gestos simples das amizades pueris ou adolescentes. Crianças prisioneiras desde o dia em que nascem, que passarão, desde a primeira infância até a morte, sem tocar o frio chão da realidade nacional. Protegidas em bolhas sociais, do quarto à garagem, dali à escola, ou ao clube ou dentista, e de volta à garagem e ao quarto.

Adultos prisioneiros em condomínios fechados como naves espaciais, distantes da realidade urbana, deslocando-se da casa para o carro fechado, dali ao estacionamento subterrâneo, escritório ou shopping center, aeroporto ou outras cidades nas quais a bolha social continua levando-os prisioneiros, protegidos assustados com o risco de contaminação social. Apesar do luxo, do conforto, do ouro, da renda, isolados como prisioneiros, assistindo à realidade à distância, pela televisão. Confundindo os fatos de seu país com os acontecimentos de qualquer outra parte do mundo. Prisioneiros de uma globalização que transforma o mundo em um simulacro, apenas aparência. Tão prisioneiros quanto os 580 mil encarcerados nas superlotadas cadeias nacionais.

Parlamentares prisioneiros no Congresso Nacional, porque optaram por construir uma bolha política, isolados da vontade popular, distantes da opinião pública. Pensam no povo apenas a cada quatro anos, no instante do calendário eleitoral. Prisioneiros da sua própria concepção de que há mais poder em salvar um colega sob fortes evidências de quebra de decoro parlamentar do que se submeter à vontade popular.

O brasileiro, profissão prisioneiro, é como um

hipnotizado que acredita ser livre. Enganado como o pobre que se sente rico quando fecha os vidros do seu carro preso no engarrafamento, prisioneiro, cansado, mas feliz, porque ao seu redor os outros pobres prisioneiros pensarão que seu carro tem ar-condicionado.

Prisioneiro, eu. E você também, leitor!

*Christovam Buarque  
(O Globo, 15 de setembro de 2007)*

1. Assinale a alternativa que tem fundamento no texto.

- A) Alguns profissionais de ensino superior não têm capacitação profissional.
- B) Os mais abastados fracassam na tentativa de romper a barreira social.
- C) A população carente é conivente com a administração pública brasileira.
- D) Desde o século XIX o brasileiro é literalmente prisioneiro dentro de seu próprio país.
- E) No quinto parágrafo, o autor se refere a crianças de classes sociais diferentes.

2. Em "Pensam no povo apenas a cada quatro anos, no instante do calendário eleitoral.", a palavra **instante** confere aos políticos a seguinte característica:

- A) oportunismo;
- B) autoritarismo;
- C) prepotência;
- D) arrogância;
- E) covardia.

3. Qual o sentimento envolvido em "pensarão que seu carro tem ar-condicionado"?

- A) Vaidade;
- B) Medo;
- C) Angústia;
- D) Solidariedade;
- E) Ingenuidade.

4. Em seu desabafo, o autor deixa transparecer:

- A) indiferença;
- B) indignação;
- C) incompetência;
- D) imprudência;
- E) imparcialidade.

5. No último período do 4º parágrafo, para dar forma à sua idéia, o autor utiliza uma figura de linguagem denominada:

- A) metáfora;
- B) metonímia;
- C) paradoxo;
- D) prosopopeia;
- E) eufemismo.

<p>6. Assinale a única alternativa que escapa à crítica do autor.</p> <p>A) Globalização;  B) Saúde;  C) Sistema Financeiro;  D) Política;  E) Corporativismo.</p>	<p>10. Em "... impedidos de ver a cidade em sua <u>realidade</u>...", a palavra grifada foi formada pelo processo de:</p> <p>A) composição por justaposição;  B) composição por aglutinação;  C) derivação prefixal;  D) derivação sufixal;  E) derivação parassintética.</p>
<p>7. Na relação entre as palavras grifadas no trecho abaixo, encontramos:</p> <p>"São <u>livres</u> em um mundo estranho, <u>prisioneiros</u> do desconhecimento, exilados no tempo pisando o século XXI e vivendo no século XIX."</p> <p>A) antítese;  B) catacrese;  C) elipse;  D) silepse;  E) pleonasmo.</p>	<p>11. Assinale a opção que apresenta, correta e respectivamente, a classe gramatical das palavras grifadas no trecho:</p> <p>"Prisioneiro no <u>trânsito</u>, <u>em</u> carros <u>que</u> são celas <u>ambulantes</u> em marcha lenta, desperdiçando precioso <u>tempo de</u> vida de <u>seus</u> passageiros."</p> <p>A) substantivo - preposição - conjunção - substantivo - advérbio - preposição - pronome;  B) substantivo - preposição - pronome - adjetivo - substantivo - preposição - pronome;  C) advérbio - conjunção - conjunção - substantivo - advérbio - preposição - adjetivo;  D) advérbio - conjunção - preposição - adjetivo - substantivo - conjunção - adjetivo;  E) substantivo - preposição - pronome - substantivo - advérbio - conjunção - pronome.</p>
<p>8. Apenas uma opção indica, correta e respectivamente, a função sintática que exercem os termos grifados. Assinale-a.</p> <p>"... o engenheiro sem operários <u>que</u> entendam <u>suas ordens</u> nem saibam operar as máquinas <u>que</u> devem utilizar; o gestor sem auxiliares que executem bem suas ordens por falta de capacitação <u>profissional</u>."</p> <p>A) objeto direto - objeto indireto - predicativo - complemento nominal;  B) objeto direto - predicativo - sujeito - adjunto adnominal;  C) sujeito - objeto direto - predicativo - complemento nominal;  D) sujeito - objeto direto - objeto direto - adjunto adnominal;  E) predicativo - objeto indireto - objeto indireto - complemento nominal.</p>	<p>12. Marque a alternativa que completa corretamente os espaços da frase abaixo.</p> <p>Ainda ___ pessoas que, ___ despeito do que se pensa, submetem-se voluntariamente ___ esta prisão.</p> <p>A) a - à - à;  B) a - à - a;  C) há - a - à;  D) há - a - a;  E) à - a - à.</p>
<p>9. As orações introduzidas pela palavra <b>que</b> classificam-se, respectivamente, como:</p> <p>"Houve um tempo em <u>que</u> se dizia: brasileiro, profissão esperança."</p> <p>"... os outros pobres prisioneiros pensarão <u>que</u> seu carro tem ar-condicionado."</p> <p>A) subordinada adjetiva explicativa e subordinada substantiva subjetiva.  B) subordinada adverbial temporal e subordinada substantiva objetiva direta.  C) subordinada adjetiva restritiva e subordinada substantiva objetiva direta.  D) subordinada adverbial temporal e subordinada substantiva objetiva indireta.  E) subordinada substantiva objetiva indireta e subordinada adjetiva restritiva.</p>	<p>13. Assinale a opção que, segundo a norma culta da língua, deve ser preenchida com o primeiro termo entre parênteses.</p> <p>A) Aqui está o médico ___ me referi. (que - a quem)  B) Encontrei um conhecido ___ nome não me lembrava. (cujo - de cujo)  C) Este é o material ___ disponho. (que - de que)  D) O trânsito era mais intenso no trecho ___ sempre passo. (que - pelo qual)  E) Esta é a arma ___ ele se feriu. (com que - na qual)</p>
	<p>14. Assinale a opção correta quanto à concordância verbal.</p> <p>A) Durante a passeata, atirou-se muitos objetos nos falsos grevistas.  B) No centro da cidade, viam-se os carros blindados.  C) Haviam suspeitas de que ele seria nomeado.  D) Deve existir mesmo muitas pessoas que pensam assim.  E) Fazem dez anos que estes fatos ocorreram.</p>

15. Marque a opção de sujeito indeterminado.

- A) Fala-se inglês.
- B) Divide-se o lucro.
- C) Recomenda-se cautela.
- D) Necessita-se do apoio de todos.
- E) Desperdiça-se tempo.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão – nº 8.662/93, assinale a opção que corresponde ao acerto das afirmativas a seguir.

- I. Coordenar programas na área de serviço social é atribuição privativa do assistente social;
- II. Coordenar seminários sobre assunto de Serviço Social é competência do assistente social;
- III. Manter o cadastro de obras sociais públicas e privadas é competência do assistente social.

- A) F,V,V;
- B) V,F,F;
- C) V,V,F;
- D) V,V,V;
- E) F,F,F.

17. A intervenção do Serviço Social constitui-se de práticas profissionais que intervêm direta ou indiretamente nos processos de produção, gestão e consumo da força de trabalho, nos diversos campos que reatualizem as formas de controle e subordinação do trabalho ao capital. Para Motta e Amaral neste contexto, merecem destaque as seguintes demandas profissionais, exceto:

- A) programas de ampliação do setor informal;
- B) programas de formação de mão-de-obra;
- C) programas de proteção social ao trabalho;
- D) programas de mercantilização do trabalho doméstico;
- E) programas de requalificação profissional.

18. Ao atuar na Secretaria de Assistência Social do município X, o assistente social ao ser responsável pela elaboração de programas para os idosos deve empenhar-se em conhecer as necessidades sociais circunscritas a este segmento populacional. Faleiros ao estudar as políticas sociais na configuração capitalista nos indica que tais necessidades são determinadas:

- A) pela desigualdade social;
- B) pela ação do Estado e ações dos movimentos sociais;
- C) pelo mercado de consumo e posição de classe;
- D) pela reprodução da força de trabalho e pelas relações ideológicas e políticas;
- E) pela oposição de classe e pela disputa ideológica.

19. Yasbec nos ensina que as políticas assistenciais são construídas historicamente de acordo com as características das relações que se estabelecem na gestão estatal da reprodução da força de trabalho. Com base nestes estudos pode-se afirmar que as políticas assistenciais são:

- A) estratégias de democratização e universalização de acesso;
- B) estratégias de enfrentamento à pobreza superando a benemerência paliativa;
- C) estratégia de consolidação da cidadania dos subalternos;
- D) estratégias que estabelecem regras estáveis para a garantia de direito;
- E) estratégias reguladoras das condições de reprodução social.

20. Netto afirma que a cada novo estágio do desenvolvimento da dinâmica societária capitalista, instauram-se expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas que correspondem à intensificação da exploração. Sendo assim o autor registra:

- I. Esse quadro faz emergir novas expressões da questão social.
- II. As modalidades imperantes na exploração desenham uma nova questão social.
- III. Os resultantes do processo de acumulação capitalista se realizam historicamente nas particularidades geopolíticas, culturais e nacionais.

A opção correta é, registrando V para a afirmação correta e F para a incorreta:

- A) F,V,V;
- B) V,F,V;
- C) F,V,F;
- D) V,F,F;
- E) V,V,V;

21. Considerando as afirmativas que se seguem, assinale a alternativa que corresponde aos preceitos previstos no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

- I. O sigilo profissional é um direito do assistente social.
- II. Apoiar e participar dos movimentos sociais e organizações populares que lutam pela ampliação da democracia é dever do assistente social.
- III. Incentivar a prática multidisciplinar é direito do assistente social.
- IV. Integrar comissões de ética referente à avaliação das políticas institucionais é dever do assistente social.
- V. Ter livre acesso a população usuária é direito do assistente social.

Assinale a opção correta, registrando V para a afirmação correta e F para a incorreta

- A) V, F, F, F, V;
- B) V, V, V, V, V;
- C) F, F, F, F, F;
- D) F, F, F, F, V;
- E) F, V, F, V, F.

22. Analisando a formação profissional do assistente social, a revisão curricular de 1982, constitui-se num marco importante que expressou uma radical reorientação da nossa formação. Os estudos apontam como uma decorrência direta do pouco investimento na capacitação profissional e na perspectiva investigativa:

- A) a dissonância entre a perspectiva teórico-epistemológica e a teórico-instrumental;
- B) a superação do ecletismo teórico-metodológico;
- C) a afirmação do pluralismo como base democrática da formação;
- D) a superação da visão entre teoria e metodologia de um lado e instrumentalidade de outro;
- E) a afirmação da articulação teoria-método-história como eixo de formação profissional.

23. A LOAS (8742/93) reafirma o estatuto público da assistência social previsto constitucionalmente, reconhecendo que o vínculo com a sociedade civil é parte inerente da especificidade da assistência social como política pública. Esse novo estatuto exige uma nova política de parceria com a sociedade civil, tomando como referência a assistência social como política de direitos. Nesta relação de parceria, para Sposati, ao estado cabe:

- A) a prática de subsidiariedade;
- B) afiançar a atuação para as necessidades sociais;
- C) implantar ações no âmbito da assistência social como espaços de reconhecimento dos necessitados;
- D) reconhecer e reafirmar a visão filantrópica do trato da assistência no âmbito da moral privada;
- E) deslocar o poder de ação para instituições de benemerência que promovam a distribuição filantrópica dos bens.

24. Para Behring, a política social sob o capitalismo, tem seu significado definido:

- A) pela sua qualificação como direito de cidadania.
- B) pela sua inserção objetiva no mundo do capital;
- C) pela luta de interesses dos sujeitos;
- D) pelo seu caráter redistributivo;
- E) pela relação dos processos sociais na totalidade;

25. Considerando as disposições previstas na Lei nº 8.096/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, relativas ao direito a convivência familiar, registra-se, exceto:

- A) a falta de recursos constitui motivo suficiente para perda do pátrio poder;
- B) a colocação em família substituta estrangeira só é admissível na modalidade de adoção;
- C) a tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do pátrio poder e implica necessariamente o dever da guarda;
- D) a adoção ocorre até o adotando completar 18 anos à data do pedido, a exceção dos casos onde já houver a guarda ou tutela dos adotantes;
- E) a adoção desliga o adotado de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

26. lamamoto em seus estudos sobre a questão social como base fundante do Serviço Social como especialização do trabalho, afirma que na atualidade o domínio do capital financeiro em relação ao capital produtivo faz crescer um problema central no mundo contemporâneo.

- A) Privatização das políticas sociais;
- B) Perda de direitos sociais;
- C) Crescimento exponencial do desemprego;
- D) Crescimento do terceiro setor;
- E) Flexibilização das relações de trabalho.

27. Yasbec, em seus estudos sobre relações a assistência reconhece como uma das estratégias acionadas pelo Estado para enfrentar a Questão Social e, portanto, marcada pelas relações sociais de uma sociedade de classes. Afirma, ainda que as ações públicas de enfrentamento à pobreza tem sido configuradas tradicionalmente por um perfil:

- A) focalizado e solidário;
- B) meritocrático e restrito;
- C) burocrático e ineficiente;
- D) limitado e ambíguo;
- E) clientelista e desigual.

28. O assistente social, lotado na Secretaria de Assistência Social do município X é requisitado para elaborar um projeto de prestação de serviços assistenciais considerando as competências dos entes federativos dispostas na Lei 8772/93, a prioridade deve ser dada a:

- A) idosos acima de 70 anos;
- B) infância e adolescência em situação de risco social e pessoal;
- C) pessoa portadora de deficiência sem meios de prover sua manutenção;
- D) parturientes em situação de risco pessoal e social;
- E) desempregados em idade produtiva após o período em que percebem o auxílio desemprego.

29. De acordo com as análises de lamamoto, o vínculo mais estreito do Serviço Social com o processo de produção social no sentido mais amplo é:

- A) a demanda pelo resultado do exercício profissional – o objetivo institucional;
- B) o campo prioritário do exercício profissional – as políticas sociais;
- C) a área privilegiada de intervenção profissional – a assistência social;
- D) o objetivo central da atuação profissional – a reprodução da força de trabalho;
- E) o alvo predominante do exercício profissional – o trabalhador e sua família.

30. No que se refere a LOAS (8742/93), assinale a opção correta:

- A) a universalização dos direitos sociais é um princípio da LOAS, com o objetivo de alcançar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- B) a primazia da parceria entre o Estado e a sociedade civil na condução política de assistência social é uma das diretrizes da LOAS;
- C) as ações assistenciais se organizam por um sistema participativo, centralizando um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área;
- D) a União com base nos princípios e diretrizes da LOAS fixa a política de Assistência Social nos municípios;
- E) as ações das três esferas de governo na área de Assistência Social realizam-se de forma hierarquizada.

31. Ações de proteção social básica devem ser desenvolvidas:

- A) em diversos serviços, como o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF). Outras, mesmo ocorrendo na área de abrangência municipal, podem ser desenvolvidas fora da municipalidade. O CRAS deve ser exclusivamente voltado à vigilância da exclusão social de seu território;
- B) não necessariamente nos CRAS, como ocorre no Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) e em vários outros Programas e serviços que, mesmo ocorrendo na área de abrangência desses centros, são desenvolvidas exclusivamente fora de seu espaço físico. O CRAS também deve organizar a retirada das famílias de seus territórios e encaminhar para os serviços comunitários;
- C) prioritariamente nos CRAS e CREAS, como o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) entre outros serviços que, mesmo ocorrendo na área de abrangência desses centros, são atendidos nele, desde que a ele referenciadas. O CRAS também deve organizar a vigilância da exclusão social de sua área de abrangência;
- D) se necessários nos CRAS, outras, mesmo ocorrendo na área de abrangência desses centros, podem ser desenvolvidas fora de seu espaço físico e não necessitam de serem referenciadas. O CRAS também deve organizar a vigência da exclusão social de sua área de abrangência independente de outros territórios;
- E) necessariamente nos CRAS, como o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF). Outras, mesmo ocorrendo na área de abrangência desses centros, podem ser desenvolvidas fora de seu espaço físico, desde que a ele referenciadas. O CRAS também deve organizar a vigilância da exclusão social de sua área de abrangência, em conexão com outros territórios;

32. A expansão do co-financiamento do PAIF pelo governo federal em 2008 ocorreu com base em critérios definidos pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esta comissão é:

- A) uma esfera conveniada em níveis público e privado para a efetivação da assistência social integrada por representantes das diversas áreas de saber;
- B) um campo de articulação política e integração de serviços de assistência social composta de representantes de órgãos da assistência social;
- C) uma instância de pactuação e articulação da política de assistência social, integrada por representantes dos governos federal, estaduais e municipais;
- D) uma composição de atores envolvidos na articulação da política governamental e da assistência social representantes da sociedade civil organizada;
- E) um grupo de representantes da sociedade civil envolvidos na implantação da política social e da assistência como forma de confirmação da responsabilidade social.

33. O PAIF possui um papel estratégico, pois:

- A) implementa e reestrutura os serviços socioeducativos, serviços de transferência de renda, dinamizando as estratégias de ações socioeducativas para os beneficiários da assistência nos espaços de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social;
- B) articula e integra os serviços socioassistenciais, programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, potencializando o impacto das ações de assistência social para as famílias nos territórios de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social;
- C) direciona os serviços e ações socioassistenciais dos programas de transferência de renda e reestruturação produtiva, integrando-os às demais ações de assistência social para as pessoas nos territórios intermunicipais dos Centros de Referência de Assistência Social;
- D) mantém, em consonância com os demais serviços psicossociais e programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, estratégias de ações de assistência social, saúde e educação para as famílias nos territórios de abrangência dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social;
- E) interage com os serviços socioeducativos e com os programas de transferência de renda e reestruturação produtiva, definindo as ações de assistência social para as famílias nos territórios intermunicipais de abrangência dos Centros de Referência de Assistência Social.

34. O PAIF tem por perspectivas:

- A) o estabelecimento de vínculos familiares em caso de negligência e a participação comunitária, o direito à Proteção Social Especial e Básica e consolidação de campanhas de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS;
- B) o resgate de vínculos familiares e comunitários aos usuários da assistência social, o direito à Proteção Social Especial e Básica e fortalecimento da proteção social em situações de risco no território de abrangência do CRAS e do CREAS;
- C) o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS;
- D) a reestruturação de novos paradigmas para os vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação das campanhas de prevenção a situações de risco no território de abrangência do CRAS;
- E) o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS.

35. O SUAS foi a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília (DF), em 2003, e se inscreve como:

- A) esforço de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteia a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública com a composição da política pública de assistência social em nível nacional;
- B) unificação dos eixos Saúde e Previdência Social sob a direção da Assistência Social, diante da necessidade de agilizar a implantação de políticas federais de emprego e renda a partir do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS);
- C) priorização, no âmbito da Assistência, de programas de combate ao desemprego, associados a iniciativas de proteção social e renda mínima do tipo bolsa família com base na iniciativa privada de Responsabilidade Social e tendo como ação de ponta o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- D) decisão de criar o sistema de seguridade nacional apoiado nos eixos Assistência, Previdência e Saúde, integrando ações das três áreas para assegurar a expansão de serviços assistencialista com base nos direitos à Seguridade Social e proteção social pública;
- E) criação de um Sistema Único de Assistência Social dedicado a implementar a Política Nacional de Assistência Social em todos os municípios brasileiros, com repasses de verba para aplicação hierarquizada de diretrizes estritamente determinadas pelo MDS.

36. A relação entre família e proteção social de assistência social, como dever de Estado e direito de cidadania, tem por parâmetros o entendimento de que:

- A) a família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão, e o Estado tem o dever de prover proteção social, respeitada a autonomia dos arranjos familiares;
- B) o Estado, a fim de preservar o adequado desenvolvimento de crianças e adolescentes no meio familiar, pode vincular a garantia de proteção social a determinadas mudanças no arranjo familiar, determinadas judicialmente;
- C) o Estado tem sempre o dever de garantir a proteção social, sendo inviolável o direito à livre regulação das relações pessoais pelas famílias, de acordo com as noções prévias de civilidade;
- D) a família tem papel primordial no desenvolvimento positivo de um ambiente de autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento de seus membros, com ou sem o auxílio do Estado;
- E) a proteção social básica é dever do Estado, que para cumpri-lo deve gerenciar instituições públicas e privadas e coordenar suas ações, de forma a garantir tal proteção diante da fragilidade apresentada pelos arranjos familiares desde as últimas décadas.

37. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implantado a partir de 2005 em todo o território nacional, efetiva na prática a assistência social, fazendo a necessária ruptura com o clientelismo e as políticas de favor e de ocasião, alterando radicalmente:

- A) a articulação e integração com as áreas de saúde e educação, estabelecendo um acordo legal entre os municípios e os serviços existentes, garantindo autonomias legais em regime de mútua colaboração institucional;
- B) o modo de gerenciamento dos serviços e a forma de financiamento da assistência social, com o estabelecimento de repasses de financiamento principalmente do setor privado através da Responsabilidade Social, garantindo cooperativas legais em regime de mútua colaboração institucional;
- C) as práticas assistenciais e a efetivação das políticas com um modelo de gestão compartilhado e as formas de financiamento da assistência social, estabelecendo um novo pacto de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com ingerências administrativas em regime de monitoramento das ações institucionais;
- D) a reestruturação dos novos quadros institucionais e a redistribuição de financiamento da assistência social, estabelecendo um novo pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com permanente controle em um regime hierarquizado;
- E) o modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social, estabelecendo um novo pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo autonomias legais em regime de mútua colaboração institucional.

38. O valor destinado a cada estado/ porte, obtido pela aplicação dos critérios de partilha, será distribuído aos municípios, por ordem de prioridades, observando-se:

- A) adesão ao CRAS; níveis de complexidades existentes; porte do município (...);
- B) apoio político-social; pactuação com a sociedade civil organizada; porte e interesse de cada município (...);
- C) a população do município; as demandas existentes; a disponibilidade de recursos para a região (...);
- D) adesão ao SUAS, cumpridas as exigências pactuadas para tal finalidade; habilitação aos níveis de gestão plena ou básica; distribuição do mínimo estabelecido para cada porte ao maior número possível de municípios;
- E) comprometimento técnico-profissional; habilitação aos níveis de gestão plena ou básica de alta complexidade; distribuição dos recursos municipais estabelecido para cada porte ao maior número possível de área de abrangência (...).

39. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se:

- A) na articulação em todo território nacional dos serviços, programas e projetos de caráter participativo e integradores do público e do privado, de caráter eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e aprovados em conselhos de direitos;
- B) na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil;
- C) na regulação e organização em todo território municipal dos serviços e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério particularizado e lógica de ação em rede hierarquizada de serviços públicos;
- D) na integração e organização nacional dos serviços e benefícios socioassistenciais de caráter continuado, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e em articulação com iniciativas da sociedade civil, tendo os próprios municípios como setores determinadores de suas políticas;
- E) na organização dos serviços e benefícios socioeducativos de caráter continuado, executados e providos por grupos de direito público sob critério universal e integrado às iniciativas da sociedade civil, tendo os próprios municípios como setores determinadores de suas políticas.

40. Segundo a NOB/SUAS, a proteção social de Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, adota por princípios:

- A) o desenvolvimento de equidade de gênero, raça, etnia etc., de forma a que todos sejam atingidos pelas políticas públicas sociais e econômicas;
- B) a matricialidade sociofamiliar; territorialização, a proteção pró-ativa; integração à seguridade social, integração às políticas sociais e econômicas;
- C) a centralidade no mundo do trabalho, via fortalecimento dos vínculos trabalhistas, da ação sindical e o estímulo a ações privadas de geração de emprego;
- D) a promoção da igualdade com foco nos direitos individuais e sociais, de forma a moldar uma cidadania baseada nos direitos civis e políticos e no crescimento econômico;
- E) promover a capacidade de auto-sustentação econômica das famílias de baixa renda, descobrindo e desenvolvendo potencialidades em trabalho integrado a lideranças das comunidades.